

Público

18-09-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Economia

Dimensão: 388

Imagem: S/Cor

Página (s): 20

Ministra aprovou financiamento da EP mas não conhecia detalhes do swap

Empresas públicas
Raquel Almeida Correia
e Sofia Rodrigues

O parecer de Maria Luís Albuquerque foi assinado pela actual ministra das Finanças a 4 de Junho de 2010

A actual ministra das Finanças aprovou um financiamento pedido pela Estradas de Portugal (EP) junto do Deutsche Bank no valor de 150 milhões de euros. No entanto, Maria Luís Albuquerque não conhecia os detalhes do *swap* que estava associado ao pacote financeiro, segundo um parecer que o PÚBLICO consultou e que acabou por ser divulgado ontem pelo Ministério das Finanças.

No parecer positivo que assinou, enquanto técnica da Agência de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) ao financiamento contratado pela empresa pública, a actual ministra escreveu que "não eram indicados quaisquer detalhes da natureza do *swap*" na proposta feita pela EP, não se sabendo sequer "se a operação é a taxa fixa ou variável".

Apesar de não haver informação sobre o derivado, Maria Luís Albuquerque deu "luz verde" à empresa a 4 de Junho de 2010, depois de, a 16 de Dezembro de 2009, ter dado um primeiro parecer em que considerava que "o custo do financiamento é excessivamente alto, sobretudo face à alternativa de financiamento com garantia do Estado".

No parecer de Junho de 2010, a ministra escreve que foi "contactada telefonicamente a directora financeira da Estradas de Portugal", tendo Maria Luís Albuquerque sido "informada de que o *swap* a contrair associado à operação em apreço não tem ainda os seus termos finalizados".

Estes documentos mostram que, ao contrário do que afirmou segunda-feira Almerindo Marques, ex-presidente da EP, a ministra das Finanças não deu um parecer concreto sobre o *swap* associado ao empréstimo do Deutsche Bank, mas sim ao pacote financeiro. Mas revelam ainda que o parecer foi emitido sem que o IGCP tivesse em mãos dados detalhados sobre o contrato de cobertura de risco, que viria a acumular perdas potenciais superiores a 13 milhões de euros.

No Parlamento, o antigo gestor

Luís Pardal defende swaps na Refer

O ex-presidente da Refer Luís Pardal afirmou ontem no Parlamento, citado pela Lusa, que a gestora da rede ferroviária "nunca foi dotada de recursos financeiros para a execução da sua missão", tendo recorrido aos *swaps* para atenuar custos de financiamento. O gestor, que liderou a Refer entre 2005 e 2012 (empresa que teve a ministra Maria Luís Albuquerque como directora financeira entre 2001 e 2007), explicou que "a componente financeira foi um domínio que requereu muita atenção do conselho de administração", adiantando que o recurso a instrumentos de gestão de risco financeiro (*swap*) tinha como objectivo "atenuar os custos de financiamento" e "reduzir a imprevisibilidade". "Estava fora de questão qualquer propósito especulativo", declarou na comissão parlamentar. A Refer, afirmou Luís Pardal, citado pela Lusa, "era conduzida ao endividamento porque a dívida não era reflectida no défice do Estado, por isso, quem instrumentalizava a empresa para o endividamento era o Estado e quem o suportava e reflectia nas suas contas era a Refer", declarou, considerando não estar "em condições de responder com detalhe técnico" às questões sobre os *swaps*.



público tinha afirmado que o contrato "teve parecer favorável do IGCP e a técnica foi a ministra das Finanças", acrescentando que Maria Luís Albuquerque conhecia o contrato "desde o momento em que deu parecer".

Além dos pareceres, o Ministério das Finanças divulgou ontem um comunicado no qual refere que "não correspondem à verdade as declarações" de Almerindo Marques quanto à aprovação "de contratos *swap* associados aos empréstimos da EP". A tutela reitera que "as funções de Maria Luís Albuquerque no IGCP eram de análise de pedidos das empresas públicas sobre empréstimos e não sobre *swaps*".

Ministra volta ao Parlamento

As declarações de Almerindo Marques, que liderou a EP entre 2007 e 2011, e a divulgação deste parecer geraram uma dura troca de acusações entre os sociais-democratas e a oposição. Ao final da tarde, PS, PCP e BE falaram a uma só voz, acusando a ministra de "mentir na comissão de inquérito no Parlamento" sobre o seu grau de conhecimento dos *swaps* e pediram a demissão da governante. "A 25 de Junho, a ministra disse que não teve qualquer contacto com *swaps* nem no IGCP nem sobre as empresas públicas. Primeiro contactou e segundo assinou de cruz", afirmou aos jornalistas o líder da bancada socialista, Carlos Zorrinho. Foi a segunda declaração do dia sobre o caso depois de Zorrinho ter começado o dia a dizer que Maria Luís tinha "faltado à verdade".

O PSD começou por reagir com prudência ao anunciar que Maria Luís voltará para dar explicações aos deputados, mas ao final da tarde a defesa da ministra coube ao próprio líder da bancada social-democrata. "Acusar a senhora ministra, como foi feito ontem de forma mais ou menos directa, na comissão, de ter tido um papel decisivo na tomada de decisão é, a nosso ver, isso sim, uma mentira, que deve responsabilizar, incluindo criminalmente, quem a proferiu", afirmou, lembrando que "mentir ao Parlamento é crime".

Questionado sobre se admite processar Almerindo Marques, Luís Montenegro respondeu que os sociais-democratas não deixarão de "adoptar todas as diligências para que as pessoas que faltaram à verdade sejam responsabilizadas". PCP e BE referem que o *swap* em causa veio a revelar-se de "alto risco".